

Trajectórias residenciais e Metropolização: uma
análise introdutória a propósito da AML

Sandra Marques Pereira
Paulo Marques

December 2011

WP nº 2011/10

DOCUMENTO DE TRABALHO

WORKING PAPER





DINAMIA'CET

CENTRO DE ESTUDOS SOBRE A MUDANÇA
SOCIOECONÓMICA E O TERRITÓRIO
ISCTE-IUL

Trajectórias residenciais e Metropolização: uma análise introdutória a propósito da AML¹

Sandra Marques Pereira♣

Paulo Marques♣♣

WP nº 2011/10
December 2011

INTRODUÇÃO.....	2
1. UMA APRESENTAÇÃO DAS CORRENTES EM PRESENÇA.....	3
1.1. A abordagem do ciclo de vida e da racionalidade económica	3
1.2. A abordagem biográfica e relacional.....	6
1.3. Síntese	8
2. TRAJECTÓRIAS RESIDENCIAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	12
2.1. Lisboa: uma metrópole em transformação e com limites cada vez mais indefinidos	13
2.2. As duas margens e o rio.....	17
2.3. Medindo a mobilidade residencial através dos censos de 2001	23
2.4. Lógicas estruturantes da evolução populacional na AML	26
NOTAS CONCLUSIVAS	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

¹ A pesquisa foi conduzida no âmbito do projecto “Trajectórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa” (PTDC/CS-SOC/102032/2008), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

INTRODUÇÃO

Enquadrado no projecto de investigação, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), que está a decorrer no DINÂMIA-CET denominado: “Trajectórias Residenciais e Metropolização: continuidades e mudanças na Área Metropolitana de Lisboa”, este *paper* apresenta o resultado do trabalho desenvolvido durante as primeiras etapas do projecto. Com a intenção de enquadrar o projecto, este *paper* tem como objectivo central analisar as principais correntes teóricas que estudam as trajectórias residenciais e descrever o processo de metropolização da AML, recorrendo no último caso a uma vasta panóplia de indicadores estatísticos, procurando caracterizar as lógicas de desenvolvimento da AML e das partes que a constituem, i.e. Lisboa, a Margem Sul e Margem Norte do rio Tejo.

Este projecto tem como objectivo geral estudar as trajectórias residenciais dos habitantes da AML. Em termos metodológicos, são utilizados dois procedimentos, um extensivo e outro intensivo. Em *primeiro* lugar, um inquérito representativo (N=1500) à população residente na AML nascida entre 1945 e 1975. Este inquérito inscreve-se numa das metodologias longitudinais mais frequentes (Ruspini, 2002:3): os estudos retrospectivos em que os entrevistados são solicitados a reconstruir determinadas vertentes da sua vida. Em *segundo* lugar, irão realizar-se entrevistas a representantes das trajectórias dominantes no sentido de aprofundar de um ponto de vista qualitativo o conhecimento sobre as razões que estão na base das trajectórias e as expectativas futuras.

Começaremos por agrupar a bibliografia existente em duas correntes: a do ciclo de vida e da racionalidade económica; e a biográfica e relacional, discutindo as raízes disciplinares de cada uma, as opções metodológicas, o quadro analítico e a inserção institucional. Em segundo lugar, vamos expor os trabalhos realizados sobre o tema que realizaram inquéritos e entrevistas, dando conta das suas principais características. Por último iremos fazer uma contextualização empírica do caso da AML, caracterizando o processos de metropolização da AML. No fundo, este *paper* apresenta-se como uma primeira discussão dos dois eixos temáticos (trajectórias residenciais e metropolização) que são centrais para este estudo.

1. UMA APRESENTAÇÃO DAS CORRENTES EM PRESENÇA

Em torno do tema das trajectórias residenciais existe uma extensa bibliografia académica, que por sua vez se estrutura em diferentes correntes. No quadro disciplinar, as origens dos autores que reflectem sobre o tema são heterogéneas (Geografia, Economia Demografia, Sociologia e Antropologia).

No âmbito da vasta bibliografia existente, foram feitas várias tentativas de caracterização/sistematização das diferentes correntes em presença (Dieleman, 2001; Dieleman, 1996; Clark e Dieleman, 1996; Clark e Onaka, 1983; Pickles e Davies, 1991; Bonvalet e Brun, 2003; Brun, 1993; Winstanley, Thorns e Perkins, 2002). No nosso entender, podem identificar-se, pelo menos, duas tradições teórico-metodológicas: a do ciclo de vida e da racionalidade económica; e a biográfica e relacional. São essas as perspectivas que iremos apresentar de seguida.

1.1. A abordagem do ciclo de vida e da racionalidade económica

A primeira abordagem, desenvolvida pela Geografia com forte implantação nos países anglo-saxónicos, nórdicos e Holanda, faz depender as “necessidades” residenciais da fase do ciclo de vida, num modelo que pode incorporar o contexto macro (mercado habitacional, conjuntura sócio-económica).

A abordagem do *ciclo de vida e da racionalidade económica*² – onde desempenha um papel central a equipa composta por Francis Dieleman, William Clark e Marinus Deurloo – assenta em quatro pilares. Esta corrente (i) recorre exclusivamente a metodologias extensivas e baseia-se, sobretudo, em estudos transversais; (ii) postula que existe uma forte correlação entre o nível de mobilidade e a etapa do ciclo de vida de cada pessoa; (iii) que existe uma forte correlação entre o nível de mobilidade residencial e a dimensão e o estatuto de ocupação do fogo actual; (iv) e que existem inter-relações entre a carreira habitacional e os eventos em outros domínios do curso de vida, como a formação/dissolução da família, a carreira de formação e a carreira profissional (Dieleman, 2001:250).

Esta abordagem distingue-se das outras por utilizar exclusivamente metodologias de tipo extensivo, por se basear em dados secundários (geralmente dados dos censos) e por realizar exclusivamente, até há pouco tempo, estudos transversais, isto é, os dados recolhidos dizem

² Que tem raízes no trabalho pioneiro de Rossi (1955), autor que alterou o foco para o agregado familiar individual e para as motivações que este tem para procurar um alojamento diferente. Até então, a investigação tinha analisado apenas padrões agregados de mobilidade e padrões de origem-destino. Rossi também colocou o processo de mobilidade residencial no quadro dos estudos sobre a habitação (Dieleman, 2001:249-250)

respeito a um único momento. O que distingue os estudos transversais dos longitudinais é que, no primeiro caso, os dados recolhidos dizem respeito a um único momento, não existindo, como no segundo caso, um acompanhamento dos indivíduos ao longo do tempo.

O segundo pilar diz respeito ao seu pressuposto central, o de que existe uma sobreposição entre a mobilidade residencial e a etapa do ciclo de vida de cada pessoa, isto é, a mobilidade residencial depende de acontecimentos circunscritos no tempo, acontecimentos que derivam do ciclo de vida: a idade, o casamento, os filhos e a carreira profissional.

Quanto à centralidade dada aos aspectos económicos (estatuto de ocupação, nível de preços, volume de vendas, juros de hipotecas, etc.), sobressai a tentativa de construção de modelos econométricos explicativos da mobilidade residencial. Embora, inicialmente, esta não fosse a variável central de explicação da mobilidade residencial (que era a família nuclear), ela tem vindo a ganhar uma importância cada vez maior³. Podemos mesmo falar de uma fusão⁴ entre a corrente do ciclo de vida e uma abordagem centrada nos aspectos económicos.

A utilização do termo *carreiras habitacionais*⁵, por intermédio da estrutura conceptual do ciclo de vida (onde os eventos definem mudanças sequenciais), reflecte bem essa tendência, isto é, a apropriação deste termo por parte da abordagem do ciclo de vida concretiza a fusão que acabámos de descrever.

O quarto pilar reflecte a tentativa de reacção desta corrente a uma das críticas a que esteve sujeita – a de que o conceito de ciclo de vida continha em si concepções ultrapassadas, isto é, características normativas da família nuclear «tradicional» (Winstanley, Thorns e Perkins, 2002:814-815). Neste quadro, desenvolveram o conceito de *curso de vida*, que pode ser definido como a forma como os indivíduos se movem através das diferentes etapas e posições nas várias carreiras durante o curso de vida. Este conceito pretendeu acrescentar outras dimensões ao conceito de ciclo de vida, incluindo mudanças que vão para além daquelas que estão relacionadas com a estrutura familiar. Nas trajectórias do curso de vida, os eventos relacionados com a habitação e com o trabalho (profissão) também podem ser ligados

³ A síntese proposta por Dieleman (2001) acerca bibliografia existente sobre a mobilidade residencial reflecte essa tendência. Segundo ele, no estudo da mobilidade residencial, prevalecem os trabalhos que analisam as preferências habitacionais ao nível micro. No entanto, o mesmo autor alerta para o facto de as decisões tomadas a esse nível estarem alicerçadas em circunstâncias determinadas por três níveis de análise: (i) o mercado de habitação (ao nível metropolitano) onde o agregado reside (estatuto de ocupação, nível de preços, volume de vendas); (ii) as circunstâncias económicas e demográficas ao nível nacional (taxa de inflação; juros de hipotecas; mudança demográfica; flutuação económica); (iii) diferenças no âmbito das políticas de habitação, riqueza e estrutura de propriedade (Dieleman, 2001:252).

⁴ Esta é a razão que justifica o facto de termos optado por denominar esta corrente por abordagem do ciclo de vida e da racionalidade económica.

⁵ A noção foi formalizada no trabalho de Kending (1984, 1990), baseado num trabalho anterior de Michelson (1977) que enfatizava a ligação entre a mobilidade e as mudanças habitacionais de sentido ascendente. Kending desenvolveu um paralelismo entre a carreira habitacional e outras carreiras (emprego, família e estatuto marital). Para Kending, a propriedade da própria habitação era o pico, o apogeu da carreira habitacional (Clark, Deurloo and Dieleman, 2003:145).

(Abramsson, 2008:233). O conceito de curso de vida incorpora também a forma como cada pessoa se ajusta às mudanças do mercado de habitação e ao contexto económico e social (Li, 2004:31). Por outro lado, a utilização do termo carreiras habitacionais também se enquadra nessa tendência, tendo em conta que pretendeu introduzir a variável tempo no estudo da mobilidade residencial (como dissemos anteriormente, esta abordagem caracterizava-se por realizar estudos transversais). Recorrendo a dados de painel⁶, esta alteração visou responder às críticas oriundas da abordagem biográfica. No entanto, independentemente dessas alterações, as variáveis seleccionadas para explicar a mobilidade residencial permaneceram inalteradas, isto é, as mudanças não implicaram uma alteração dos pressupostos em que se apoia a corrente, os acontecimentos ligados ao ciclo de vida familiar, a carreira profissional, o estatuto de ocupação e o rendimento familiar continuaram a ser utilizadas enquanto variáveis explicativas (Clark e Huang, 2003:328) Por outro lado, o núcleo central dos pressupostos metodológicos em que se apoia esta corrente continua a ser a necessidade de identificar relações de causalidade entre variáveis.

Muito recentemente, o estudo das redes familiares (extra família nuclear), em relação com a mobilidade residencial, foi incorporado no quadro da corrente do ciclo de vida e da racionalidade económica. Ancorado no trabalho de Clara Mulder (Mulder, 2007; Mulder e Cooke, 2009; Michielin, Mulder e Zorlu, 2008; Mulder e van der Meer, 2009), foram publicados vários artigos que vão neste sentido⁷. No entanto, do ponto de vista metodológico, embora seja incorporada esta dimensão, os trabalhos realizados adoptam uma metodologia exclusivamente quantitativa e utilizam dados secundários (de painel).

No que diz respeito à inserção institucional, os autores que se integram nesta corrente desempenham um papel de destaque na European Network for Housing Research⁸ (ENHR) e, no quadro holandês, na Netherlands Graduate School of Housing and Urban Research (NETHUR). Na verdade, este é um dos pontos fortes desta corrente, tendo em conta que a sua capacidade de internacionalização – possibilitada por fazerem parte destas redes e por serem oriundos do «mundo anglo-saxónico» – lhes confere uma maior visibilidade. Assim, para além terem uma extensa lista de publicações nas revistas de referência sobre o tema, exercem influência sobre os autores que trabalham noutros países (Abramsson, 2008; Wu, 2006; Li, 2004; Lee e Struyk, 1996; Nordvik, 2001; Kulu, 2008).

⁶ Os estudos realizados por estes autores utilizaram, no caso dos EUA, o PSID (Panel Study of Income Dynamics); no caso de Inglaterra, o BHPS (British Household Panel Sample), e no caso da Alemanha, o GSOEP (German Sócio-Economic Panel).

⁷ A este respeito, ver o número especial (volume 15) da revista *Population, Space and Place*.

⁸ No quadro da ENHR existe um *working group* denominado: Migration, Residential Mobility and Housing Policy. Sobre os auspícios desse *working group* realizou-se, em 1996, um seminário franco-holandês subordinado ao tema: “Mobilidade Residencial e Escolha de Habitação”. Foi co-organizado pela NETHUR e pela Réseau Sócio-Economie de l’Habitat. Do seminário resultou um número especial do *Journal of Housing and the Built Environment* (1996, vol.11, nº3).

Em suma, a corrente do ciclo de vida e da racionalidade económica constitui a abordagem dominante no quadro do estudo da mobilidade residencial, sendo simultaneamente a corrente mais internacionalizada. Com raízes no contributo de Rossi, esta abordagem assentou historicamente no paralelismo entre as etapas do ciclo de vida e a mobilidade residencial. Posteriormente, tendeu a fundir-se com a abordagem que se centrava na dimensão económica e na modelização econométrica, desenvolvendo também uma mutação conceptual que visou contrariar as críticas a que a corrente esteve sujeita (do ciclo de vida ao curso de vida; dos estudos transversais aos estudos longitudinais baseados em dados de painel).

1.2. A abordagem biográfica e relacional

A abordagem prosseguida por esta corrente – onde se destaca o contributo de Catherine Bonvalet e Eva Lelièvre – distingue-se em vários aspectos da apresentada no ponto 1.1. No quadro da abordagem biográfica e relacional postula-se que “a mobilidade residencial é, em primeiro lugar, e sobretudo, um assunto individual ou de família. Assim, é muito dependente de factores locais e históricos. Neste sentido, estudos transversais não conseguem reflectir a variedade e a diversidade de histórias migratórias. Apenas dados biográficos, através da análise dos itinerários individuais, podem providenciar os factos que nos permitem descrever os itinerários residenciais dos diferentes coortes” (Bonvalet e Arbonville, 1996:234). No fundo, esta corrente assenta na assunção de que os comportamentos residenciais dependem dos contextos biográficos e relacionais, o que, metodologicamente, se traduziu na adopção pioneira de uma abordagem longitudinal⁹.

Esta abordagem (Ruspini, 2003) é uma consequência metodológica da “orientação teórica” do curso de vida, uma orientação que guia a investigação sobre as vidas dos indivíduos a partir do seu enquadramento no contexto (Elder, 2004):

- a) temporal, relativo ao tempo individual e histórico-social, que em ambos os casos se tece na conjugação da sincronia (acontecimento) e da diacronia (correr do tempo);
- b) espacial, que se compõe de várias dimensões interdependentes (Feijten, 2010). O espaço *construído*, estrutura morfológico-urbanística; o espaço *social*, das redes – que por “inerência” se articula com o das classes –, sendo a vida dos indivíduos apenas compreensível se localizada no quadro das relações inter-pessoais; o espaço das *actividades*, relativo ao enquadramento das práticas; e o espaço *identitário* que reenvia para as componentes simbólicas e emocionais de ligação aos locais. A “ancoragem” espacial (Ramos, 2006), imprescindível à compreensão das “escolhas” residenciais (Authier, *et al.*, 2010), resulta do entendimento deste carácter multidimensional do espaço.

⁹ Sobre a utilização destes métodos ver: Robette, 2010; Degenne, 2010.

Quanto às dimensões analisadas por estes autores, esta corrente dá um enfoque especial aos aspectos relacionados com o papel da família: papel da família na integração num novo contexto (no caso do primeiro inquérito, da integração em Paris), no acesso ao alojamento, na escolha da localização. Na verdade, tenderam a dar cada vez maior importância a esta dimensão, analisando os laços familiares e as relações de amizade. Analisaram também a distinção entre a família «legal» ou «biológica» e procuraram compreender como é que as redes familiares ou de amizade se interpenetram ou mesmo se substituem uma à outra. No essencial, ao analisarem as redes de relações familiares e de amizade, o que pretenderam foi compreender o papel de intermediação que estas redes desenvolvem entre o indivíduo e a sociedade, mais particularmente nos domínios profissionais e residenciais.

Foi neste âmbito que foi definido o conceito de círculo de contacto [*entourage*] (Bonvalet e Lelièvre, 1995; Lelièvre *et al.*, 1998), que se baseia na hipótese de que as escolhas e as acções de um indivíduo não são totalmente independentes daquelas que são prosseguidas pelos seus próximos. Na verdade, para compreender estas interacções é necessário fazer um acompanhamento continuado do percurso do indivíduo e dos que fazem parte do seu círculo de contacto.

Os autores que integram esta corrente organizaram vários inquéritos, realizados no âmbito do Institut National d'Études Demographiques (INED). Em 1986, lançaram o primeiro inquérito deste género, denominado: "Peuplement et Depeuplement de Paris. Histoire résidentielle d'une Génération"¹⁰. Mais tarde, em 1990, lançaram um novo inquérito denominado: "Proches et Parents", neste caso, ao contrário do primeiro, mais focado nas relações de sociabilidade. Por fim, no ano 2000, realizaram um novo inquérito denominado "Biographies et Entourage", mais próximo do âmbito do primeiro inquérito, contendo também alguns elementos do segundo.

A realização de inquéritos com vista a recolher dados biográficos é um dos elementos distintivos desta corrente comparativamente com a abordagem do ciclo de vida e da racionalidade económica, no entanto, co-existem outras diferenças.

Recorrem também a metodologias qualitativas. Por um lado, no quadro dos inquéritos, as perguntas abertas¹¹ permitem «apanhar» informação que uma abordagem «puramente» quantitativa não conseguiria. Por outro, a partir do segundo inquérito, passaram também a realizar-se entrevistas. Analisando os três inquéritos realizados até ao momento e a importância

¹⁰ No entanto, em 1981, já se tinha realizado um inquérito sobre o tema, também desenvolvido por uma equipa do INED, denominado: "3B – Biographie familiale, professionnelle et migratoire", que foi coordenado por Daniel Courgeau. Ao invés do inquérito que viria a ser levado a cabo por Catherine Bonvalet em 1986, este teve um âmbito nacional.

¹¹ Tal é especialmente visível no último inquérito desenvolvido pela equipa de Catherine Bonvalet. No inquérito "Biographies et Entourage" o questionário é muito particular, estando elaborado no sentido de realizar uma análise qualitativa muito inovadora (grelha cronológica).

relativa que é atribuída às entrevistas, constatamos que a tendência é dar cada vez maior centralidade a metodologias de tipo qualitativo (ver quadro 2).

A Demografia constitui a matriz disciplinar dominante desta corrente, no entanto, existe uma interacção permanente com os contributos oriundos do campo da Sociologia. Quanto à inserção institucional, o INED desempenha um papel agregador das equipas de investigação que têm vindo a trabalhar sobre o tema, criando as condições para o desenvolvimento de uma linha de trabalho que tem origem nos anos 80. Por outro lado, existe uma rede que materializa a interacção descrita entre as diferentes origens disciplinares, denominada “Réseau socio-economie de l’habitat” (GIS), composta por instituições francesas. Embora tenha uma longa tradição no estudo da mobilidade residencial, esta corrente não tem a mesma influência em estudos desenvolvidos noutros países (isto é, trabalhos sobre a mobilidade residencial realizados em países diferentes), como acontece com a corrente do ciclo de vida e da racionalidade económica.

Em síntese, a abordagem biográfica e relacional assenta, por um lado, no pressuposto de que a mobilidade residencial só pode ser compreendida através de uma análise que privilegia a análise dos itinerários individuais (tendo em conta o processo de individualização), por outro, que as decisões tomadas pelos indivíduos são contextualizadas pelo seu quadro relacional (especialmente, o contexto familiar), isto é, mais do que o ciclo de vida, são os contextos relacionais e as biografias individuais que determinam a mobilidade residencial. Neste quadro, a opção por realizar inquéritos biográficos focados nestas dimensões (com uma forte dimensão qualitativa) e de realizarem de entrevistas reflecte a tentativa de detectar a diversidade de percursos individuais.

1.3. Síntese

O quadro 1 fornece uma síntese das correntes que foram descritas nos pontos anteriores. Ao analisar este quadro constatamos que as diferenças entre as várias abordagens não são de natureza exclusivamente metodológica. Na verdade, é a articulação entre o quadro analítico, por um lado, e a metodologia adoptada, por outro, que determina a natureza e características fundamentais de cada abordagem.

Assim, a corrente do ciclo de vida e da racionalidade económica está ancorada no pressuposto de que são os acontecimentos ligados às etapas do ciclo de vida e as variáveis de âmbito económico que determinam a mobilidade residencial dos indivíduos. Neste quadro, são adoptadas metodologias de âmbito exclusivamente quantitativo. A mutação conceptual em torno do conceito de curso de vida e de carreiras habitacionais gerou também uma alteração no âmbito

das metodologias adoptadas, embora, tal não tenha significado uma diluição das diferenças entre as várias correntes.

A corrente biográfica e relacional está ancorada em pressupostos diferentes. Aqui, é o contexto relacional e a defesa de que as histórias migratórias são dependentes do percurso biográfico de cada indivíduo (isto é, defendem que os indivíduos não vivenciam etapas rígidas do ciclo de vida). Daqui resulta que os autores recorrem a metodologias de tipo qualitativo e que, no caso dos inquéritos, recolhem directamente os dados que analisam. De outra forma, teriam de se «sujeitar» às variáveis disponíveis em inquéritos realizados com objectivos diferentes (como sucede com a abordagem do ciclo de vida e da racionalidade económica).

Por outro lado, o quadro 1 permite constar a existência de uma tensão disciplinar. Existe uma inter-relação entre a origem disciplinar, o enfoque analítico e a metodologia adoptada. A corrente mais híbrida (biográfica e relacional) é, simultaneamente, a que recorre a uma panóplia de instrumentos metodológicos mais alargado. Na verdade, Clara Mulder, referindo-se às causas que justificam a negligência do estudo da família alargada no quadro da análise da escolha residencial afirma: “[esta] tem sido estudada maioritariamente por geógrafos e economistas, mas eles não têm estudado as relações familiares fora do agregado familiar. Estas relações são estudadas por sociólogos e demógrafos, mas eles não têm estudado as escolhas residenciais¹². Assim, existe a necessidade de ser adoptada uma abordagem multidisciplinar” (Mulder, 2007:269).

A revisão sistemática da bibliografia também permitiu constatar que, no quadro do estudo deste tema, existem dois grupos específicos que têm vindo a ser analisados mais aprofundadamente: os idosos (Bonvalet e Ogg, 2008; Hansen e Gottschalk, 2006) e os imigrantes¹³ (Abramsson, Borgegand e Fransson, 2002; Bonvalet, Carpenter e White, 1995; Clark e Denver, 2000; Clark e Ledwith, 2006, Murdie, 2000).

Quadro 1 – Síntese das correntes em presença

Corrente	Metodologia	Origem disciplinar	Enfoque analítico	Inserção institucional
Ciclo de vida e racionalidade económica	Metodologias quantitativas; Estudos transversais (recentemente, longitudinais); Dados secundários (censos e de painel).	Geografia e Economia.	Etapas rígidas do ciclo de vida. Importância crescente da dimensão económica.	ENHR NETHUR
Biográfica e relacional	Metodologias quantitativas e qualitativas; Estudos longitudinais [approche biographique]; Dados primários.	Demografia e Sociologia.	Contexto relacional (família e amigos) e diversidade de biografias individuais	INED GIS

¹² Esta afirmação, para além de comprovar que a origem disciplinar exerce uma grande influência sobre a perspectiva de análise adoptada, contém outro elemento importante. Ao referir que os sociólogos e os demógrafos não têm estudado as escolhas residenciais, demonstram um enorme desconhecimento da bibliografia de origem francófona.

¹³ Existe um número especial da revista *Housing Studies* subordinada a este tema (volume 17, nº3).

Quanto às pesquisas propriamente ditas, o quadro 2 compila os principais trabalhos já realizados. A cada referência bibliográfica (relativa a artigos publicados nas principais revistas de referência sobre o tema¹⁴), associamos os procedimentos metodológicos adoptados (inquéritos e/ou entrevistas), a amostra, a geração analisada, o local e o país onde é realizada a pesquisa. Relativamente aos trabalhos conduzidos pelo INED, tendo em conta que existe uma extensa bibliografia associada a cada inquérito, optamos por fazer referência ao nome atribuído à pesquisa.

Verificamos que a maioria das pesquisas utiliza metodologias quantitativas (inquérito por questionário) e que, entre eles, prevalecem os trabalhos que recorrem a dados secundários (dos censos, de inquéritos e de painel). Constatamos também que não é comum realizarem-se exclusivamente entrevistas e que os trabalhos que conciliam inquéritos e entrevistas são realizados pelo INED (com a excepção da pesquisa levada a cabo por Weiping Wu).

Quadro 2 – Alguns exemplos de pesquisas realizadas sobre a mobilidade residencial

Referência bibliográfica	Metodologia	Amostra	Geração	Local	País
Abramsson, 2008	Entrevistas	12 entrevistas semi-directivas	4 Gerações. 1925; 1942; 1955; 1970	Três cidades: Jonkoping Vasteras Gavle	Suécia
Wu, 2006	Inquéritos e Entrevistas	Shangai (1789Q e 77E) e Beijing (931Q e 59E)		Duas cidades: -Shangai; -Beijing.	China
Winstanley, Thorns e Perkins, 2002	Entrevistas	41 entrevistas		Christchurch	Nova Zelândia
Yip, Forrest e Granje, 2007	Censos		1981-2001	Hong Kong	China
Huang e Deng, 2006	Inquérito [The State and Life Chances in Urban China]	3724 casos [dados secundários]	1949-1994	20 cidades	China
Clark, Deurloo e Dieleman, 2003	Dados de Painel [Panel Study of Income Dynamics in the USA]	8663 casos	1968-1993	EUA	EUA
Harts e Hingstman, 1986	Inquérito	Amostra: 559 homens; 559 mulheres.	Casados em 1960 ou 1970	Utrecht	Holanda
Baccaini, 2007	Censos		1954-2004	22 regiões metropolitanas	França
Donzeau e Shon, 2009	Dados secundários		1973-2006	França	França
Levy, 2003	Inquérito [CRH, Survey on Housing in the	[dados secundários]	1995	Seine-Saint-Denis	França

¹⁴ Entre as revistas de referência sobre o tema contam-se: Urban Studies, Housing Studies, Environment and Planning A; Housing, Theory and Society; Journal of Housing and the Built Environment, Population e Population, Space and Place.

	Seine-Saint Denis, 1995]				
Mulder e vander Meer, 2009	Dados de painel [Netherlands Kinship Panel Study]	8161 casos	18-79 anos	Holanda	Holanda
Nordvik, 2001	Inquérito [The Norwegian Survey of Living Conditions]	1898 casos [dados secundários]		Olslo	Noruega
Lee e Struyk, 1996	Inquérito [Moscow Longitudinal Housing Survey]	2200 casos [dados secundários]		Moscovo	Rússia
Kulu, 2008	Inquérito [Austrian Family and Fertility Survey]	Casos: Mulheres – 3833 Homens – 1223 [dados secundários]	1941-1976		Áustria
Li, 2003	Inquérito		1980-2001	Beijing	França
Triple Biographie, 1981	Inquérito	4602 casos	Idade compreendida entre 45 e 69 anos	Nacional	França
Peuplement et depeuplement de Paris, 1986 ¹⁵	Inquérito	1987 casos	Idade compreendida entre 50 e 60 anos	Paris	França
Proches et Parents, 1990 ¹⁶	Inquérito e Entrevistas	1946 inquéritos 93 entrevistas			França
Biographies et Entourage, 2000 ¹⁷	Inquérito e Entrevistas	2830 inquiridos 585 entrevistas	1930-1950	Île-de-France	França

¹⁵ Bonvalet e Arbonville, 1996; Lelièvre e Bonvalet, 1994; Bonvalet e Lelièvre, 1991; Bonvalet e Lelièvre, 1989.

¹⁶ Bonvalet, Gotman e Grafmeyer, 2007

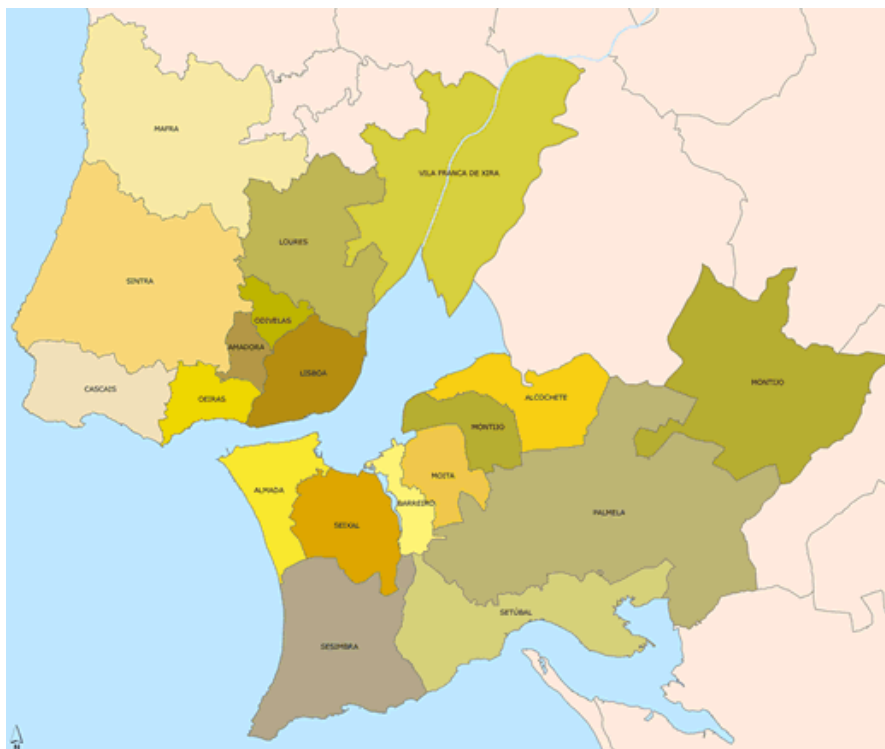
¹⁷ Lelièvre, Vivier, e Bonvalet, 2002; Lelièvre e Vivier, 2001; Beaufils e Bonvalet, 2006.

2. TRAJECTÓRIAS RESIDENCIAIS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

A partir deste ponto iremos analisar a situação específica da AML, na medida em que esta pesquisa irá debruçar-se sobre essa realidade. Para isso, com vista a contextualizar empiricamente o nosso trabalho, vamos utilizar a vasta informação estatística existente sobre o tema (nomeadamente aquela que é fornecida pelo INE), assim como recorrer à bibliografia existente¹⁸.

A análise dos seguintes dados dará conta de algumas das lógicas fundamentais que estão na base do processo de metropolização da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Começaremos por analisar com maior detalhe a situação de Lisboa para depois podermos descrever com maior profundidade a situação da Margem Sul, por um lado, e a Margem Norte (sem incluir Lisboa), por outro. Por fim, com base nessa análise iremos traçar os eixos fundamentais que estruturam a evolução populacional na AML na actualidade.

Figura 1 – Mapa da Área Metropolitana de Lisboa



¹⁸ Fonseca (1990) conduz uma das raras pesquisas portuguesas sobre o tema, centrando-se nas trajectórias da fase inicial da metropolização de Lisboa (Baptista, 1998; Nunes, 2011) em que o êxodo rural tinha um peso determinante. Hoje, são outras as dinâmicas e os questionamentos: Rodrigues (2010) trata um dos (múltiplos) processos distintivos de uma nova fase da metropolização, a “re-urbanização”. Refira-se trabalhos mais circunscritos (Guerra, 1998; Pereira, 2010) em que as trajectórias foram trabalhadas enquanto variável dos modos de habitar.

2.1. Lisboa: uma metrópole em transformação e com limites cada vez mais indefinidos

É na década de 60 que o concelho de Lisboa inicia um trajecto de declínio populacional, com uma taxa de variação negativa de 5,3% (Tabela 2), passando a sua população a representar, pela primeira vez, menos de 50% da população total da AML (Tabela 3), num período em que outros concelhos atingem taxas de crescimento muito elevadas: Almada (51,6%), Barreiro (68,3%), Seixal (86%), Cascais (55,3%), Loures (63,1%), Oeiras (91,2%), Sintra (55,6%).

A par desse decréscimo do total da população residente em Lisboa, regista-se um crescimento sem precedentes das zonas limítrofes da cidade (freguesias de S. Francisco de Xavier, Benfica, S. Domingos de Benfica, Carnide, Lumiar, Ameixoeira, Charneca, Olivais e Marvila), que resulta da transformação das quintas dos antigos arrabaldes em urbanizações modernas de dimensão variável.

Esse trajecto protagonizado pelo concelho de Lisboa, ver-se-ia, no entanto, interrompido, na década de 70, por um crescimento populacional positivo na ordem dos 6,3%, o que, porém, se apresentou como um epifenómeno que escapa à lógica efectiva de decréscimo populacional da capital, explicável em grande medida pela chegada de “retornados” a partir de 1975.

As duas principais zonas de concentração da população oriunda das ex-colónias eram, segundo o Censo de 1981, a AML e o Nordeste Transmontano, ambas com mais de 10% (Pires *et al.*, 1987:44)¹⁹.

O declínio populacional do concelho de Lisboa atinge o seu pico na década de 80 (-17,2%). Nas décadas seguintes, embora se assista a taxas de crescimento negativas ainda na casa dos 10%, verifica-se uma descida lenta mas progressiva desses valores, o que parece evidenciar o surgimento de uma lógica de enfraquecimento da perda populacional. Os censos de 2011 vieram comprovar esse facto. Ao contrário do que indicavam as estimativas do INE (para o ano de 2009 o INE previa uma quebra populacional na ordem dos 15%), verificou-se uma

¹⁹ Numa investigação qualitativa desenvolvida por Rosales (2006), em que a autora analisa a estratégias de (re)instalação em Portugal de “retornados” vindos de Moçambique, no âmbito de um objectivo específico relativo ao estudo das práticas de consumo doméstico das respectivas famílias, identifica-se, de facto, a “linha de Cascais” como um dos locais de eleição dos mesmos: “descrita como uma zona simultaneamente “calma”, “cosmopolita”, “aberta” e “próxima do mar” (...) esta área residencial próxima de Lisboa constituía, na época, a que melhores condições reunia para a reconstituição de algumas práticas ligadas aos “estilos de vida do passado”” (ibidem: 374). Ao critério da “semelhança contextual”, acresce, claro está, o da procura de “ancoragem, instrumental social e afectiva”, tendo essas famílias optado “por se fixar junto dos familiares e amigos que os antecederam no êxodo” (ibidem). Pires *et al.* (ibidem) adiantam ainda um outro factor que terá sido fundamental na opção pela AML protagonizada por uma parte muito significativa dos retornados, a saber: as maiores oportunidades de trabalho oferecidas por este território não apenas de um ponto de vista quantitativo, mas sobretudo “pela eventual maior adequação entre a estrutura de emprego nestas zonas e as anteriores vinculações profissionais dos retornados durante a sua estadia nas colónias” (ibidem: 45).

forte desaceleração do ritmo de perda de população (entre 2001 e 2011 a taxa de variação foi negativa em apenas 3,4%)²⁰.

Os discursos alarmistas sobre o declínio da população do concelho de Lisboa não tinham em consideração que a quebra populacional verificada desde os anos 60 se inscrevia nas lógicas de constituição das metrópoles contemporâneas, lógicas que pressupõem uma alteração da própria forma como se olha para a cidade: “Lisboa é, actualmente, uma cidade-região de limites geográficos difusos” (Rodrigues, 2010: 140).

Por outro lado, e como nota Rodrigues (2010), ao contrário do que seria de esperar, os fluxos migratórios para o município de Lisboa tinham vindo a crescer, embora os saldos migratórios e naturais fossem negativos: o n.º de entradas na cidade passou de 38071, entre 1986 e 1991, para 53208 entre 1996 e 2001, sendo que é no seio da AML, e dentro desta sobretudo na AML Norte (sendo de destacar os concelhos de Loures e Sintra), que o grosso dos percursos de mobilidade se concretizavam (CML, 2004)

A compreensão das dinâmicas que caracterizam a AML e desde logo a própria cidade de Lisboa só é compreensível se for tido em conta: a) o perfil sociológico dos protagonistas destes fluxos; b) mas também, e não menos importante, as nuances desse mesmo perfil ao nível intra-urbano, o que pressupõe a compreensão das especificidades das diversas zonas da cidade. Começando por este último aspecto, refira-se que, de um ponto de vista absoluto e segundo os dados de 2001, as zonas de Lisboa com maior capacidade de atracção de população eram as seguintes: Benfica, S. Domingos de Benfica, Arroios, Lumiar Sul e Avenidas Novas. Mas a análise ganha outros contornos se os dados forem analisados de um ponto de vista relativo: nesta perspectiva, constata-se já o surgimento de uma certa capacidade de atracção por parte de algumas freguesias essencialmente pertencentes às zonas antigas e históricas.

Do ponto de vista do perfil sociológico dos novos moradores da cidade de Lisboa destacam-se três aspectos: 1) o peso da população jovem; 2) o peso da população mais qualificada, sendo que nesta matéria é possível verificar um *cluster* dentro da AML, constituído pelo eixo Lisboa-Oeiras-Cascais; 3) uma dimensão média da família baixa (cerca de 1,7). Curiosas são naturalmente as nuances que, de um ponto de vista sociológico, são verificáveis intra-cidade de Lisboa, como é o caso daquelas relativas à estrutura familiar e escalão etário: assim, se é um facto que as famílias com filhos até aos 14 anos de idade tendem a optar pela cidade nova e limítrofe – Nordeste (Olivais e Chelas), o Noroeste (Carnide Sul, Lumiar Norte e Charneca) e o Sudoeste (S. Francisco de Xavier, Restelo e Belém) -, já os jovens com idades compreendidas

²⁰ Analisando os dados disponibilizados pelos censos ao nível das freguesias, verificamos que as que mais contribuíram para esta situação foram algumas freguesias centrais (Santa Justa, São Nicolau e Socorro) e algumas freguesias periféricas onde foram construídos grandes conjuntos residenciais nos últimos anos (Olivais, Lumiar, Carnide e Ameixoeira). Nestas quatro freguesias o crescimento populacional representou um aumento de cerca de 14 mil habitantes no concelho de Lisboa.

entre os 20-24 anos tendem a optar pela cidade central e antiga, no caso a zona histórica oriental.

Tabela 1: Evolução da população da AML (1950-2011)

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2009	2011
Alcochete	7864	9270	10410	11246	10529	13010	18113	17565
Almada	43768	70968	107575	147690	155234	160825	165991	173298
Barreiro	29719	35088	59055	88052	87006	79012	77529	79042
Moita	19465	29110	38735	53240	66561	67449	71844	66311
Montijo	25887	30217	42180	36849	36749	39168	41623	51308
Palmela	22993	23155	25015	36933	45148	53353	63861	62549
Sesimbra	14947	16837	16650	23103	28441	37567	54525	49183
Setúbal	55037	56344	65230	98366	106176	113934	125293	120791
Seixal	15397	20470	38090	89169	120661	150271	178332	157981
Amadora				163878	184859	175872	170828	175558
Cascais	42177	59617	92630	141498	157178	170683	189606	205117
Loures+Odivelas	50440	102124	166550	276467	329089			
Loures						199059	193630	205577
Mafra	36185	35739	33930	43899	45241	54358	73061	76749
Odivelas						133847	155827	143755
Oeiras+Amadora	53248	94255	180215					
Oeiras				149328	154688	162128	172609	172063
Sintra	60123	79964	124400	226428	270685	363749	454188	377249
Vila Fraca X.	32724	40594	54475	88193	106730	122908	144123	136510
Lisboa	783226	802230	760150	807937	669290	564657	479884	545245
AML	1293200	1505982	1815290	2482276	2574265	2661850	2830867	2815851
Margem Sul	235077	291459	402940	584648	656505	714589	797111	778028
M. norte (s/lx)	274897	412293	652200	1089691	1248470	1382604	1553872	1492578

Fonte: INE, Censos: 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011; Estimativas Anuais da População Residente: 2009.

Tabela 2: Variação da população residente nos Concelhos da AML (em percentagem)

	1950-1960	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001	2001-2009	2001-2011
Alcochete	18,1	12,3	8	6,4	23,6	39,2	35
Almada	62,1	51,6	37,3	5,1	3,6	3,2	7,8
Barreiro	18,1	68,3	49,1	-1,18	-9,2	-1,9	0,03
Moita	49,6	33,1	37,4	25	1,3	6,5	-1,7
Montijo	16,7	39,6	-12,6	-0,27	6,6	6,3	31
Palmela	0,7	8	47,6	22,2	18,2	19,7	17,2
Sesimbra	12,6	-1,11	38,8	23,1	32,1	45,1	30,9
Setúbal	2,37	15,8	50,8	7,9	7,3	10	6
Seixal	32,9	86	134,1	35,3	24,5	18,7	5,1

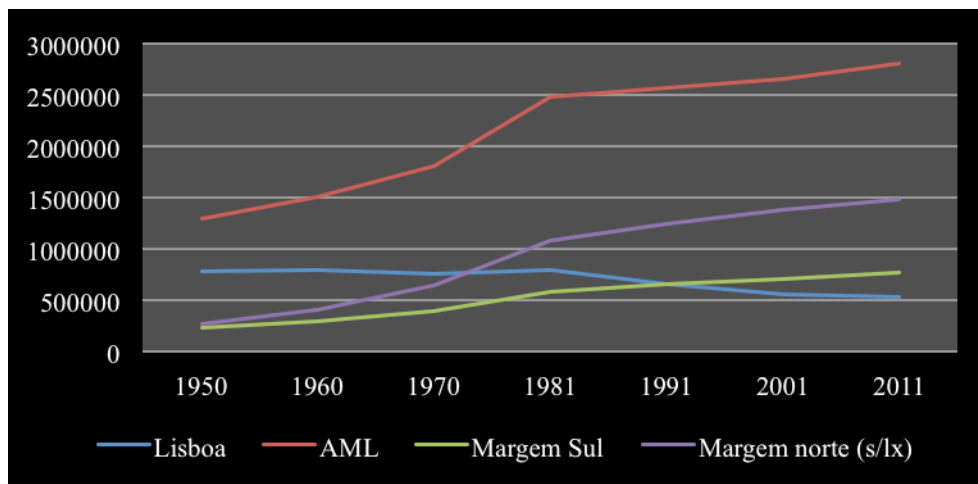
Amadora				12,8	-4,9	-2,9	-0,2
Cascais	41,3	55,3	52,8	11,1	8,6	11,1	20,2
Loures+Odivelas	102,5	63,1	66	19	-39,5		
Loures						-2,7	3,3
Mafra	-1,23	-5,1	29,4	3,5	20,2	34,4	41,2
Odivelas						16,4	7,4
Oeiras+Amadora	77	91,2	-17,2				
Oeiras				3,6	4,8	6,5	6,1
Sintra	33	55,6	82	19,5	34,3	24,9	3,7
Vila Franca X.	24	34,2	38,2	21	15,1	17,3	11,1
Lisboa	2,4	-5,3	6,3	-17,2	-15,6	-15	-3,4
AML	13,7	20,5	36,7	3,7	3,4	6,3	5,8
Margem Sul	24	38,2	45,1	12,3	8,8	11,5	8,9
M. Norte (s/lx)	34,9	58,2	67,1	14,6	10,7	12,4	8

Fonte: INE, Censos: 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001; Estimativas Anuais da População Residente: 2009.

Tabela 3: Evolução do peso da população residente relativamente à AML (em percentagem)

	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2009	2011
Alcochete	0,6	0,6	0,6	0,45	0,4	0,5	0,6	0,6
Almada	3,3	4,7	5,8	6	6	6	5,9	6,2
Barreiro	2,2	2,3	3,9	3,6	3,4	3	2,7	2,8
Moita	1,5	1,9	2,1	2,1	2,6	2,5	2,5	2,4
Montijo	2	2	2,3	1,5	1,4	1,5	1,5	1,8
Palmela	1,7	1,5	1,4	1,5	1,8	2	2,3	2,2
Sesimbra	1,1	1,1	0,9	0,9	1,1	1,4	1,9	1,7
Setúbal	4,2	3,7	3,6	4	4,1	4,3	4,4	4,3
Seixal	1,2	1,4	2,1	3,6	4,7	5,7	6,3	5,6
Amadora				6,6	7,2	6,6	6	6,2
Cascais	3,2	4	5,1	5,7	6,1	6,4	6,7	7,3
Loures+Odivelas	3,8	6,8	9,2	11,1	12,8			
Loures						7,5	6,8	7,3
Mafra	2,7	2,4	1,9	1,8	1,8	2	2,6	2,7
Odivelas						5	5,5	5,1
Oeiras+Amadora	4	6,3	9,9					
Oeiras				6	6	6,1	6,1	6,1
Sintra	4,5	5,3	6,9	9,1	10,5	13,7	16	13,4
Vila Franca X.	4,2	2,7	3	3,6	4,1	13,7	5,1	4,8
Lisboa	59,2	53,3	41,9	32,5	26	21,2	17	19,4
M. Norte (s/lx)	23,1	27,4	35,9	43,4	48,5	51,9	54,9	56,1
Margem Sul	17,8	19,4	22,2	23,6	25,5	26,8	28,2	27,6

Fonte: INE, Censos: 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011. Estimativas Anuais da População Residente: 2009.

Gráfico 1: Evolução da População (1950-2011)

Fonte: INE, Censos: 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

2.2. As duas margens e o rio

Como já referido, o decréscimo do concelho de Lisboa faz-se acompanhar do crescimento de outros concelhos da AML, sendo possível também, relativamente a estes, identificar dinâmicas claramente diferenciadas. Desde logo, parece evidente que o crescimento da população da AML Norte (sem Lisboa) é muitíssimo mais acentuado do que o da AML Sul, sendo que a primeira ultrapassa a população do município de Lisboa logo na década de 70 o que apenas se regista para a segunda na década de 90 (Gráfico 1). É ainda de salientar que o diferencial populacional relativamente a Lisboa atinge valores muitíssimo superiores no caso da AML Norte, ao longo de todo o período, sendo que em 2011 a população dessa zona representa 56,1% da população total da AML, ao passo que a população da AML Sul não chega a atingir os 30%. No entanto, importa destacar que o ritmo de crescimento da Margem Sul é, pela primeira vez, em 2011 superior ao da Margem Norte.

A explicação ou, pelo menos, parte da explicação para esta diferença na intensidade do crescimento das duas regiões que compõem a AML tem que ver com a continuidade territorial da AML Norte relativamente a Lisboa, a qual é, no outro caso, “interrompida” pelo Tejo que funciona como uma barreira, nomeadamente “uma barreira selectiva das comunidades originárias do Norte e do Sul de Portugal continental (Fonseca, 1990: 154)”²¹.

Efectivamente, e muito especialmente no período de constituição da própria área metropolitana - décadas de 50, 60 e 70 - verifica-se que “as diferenças das estruturas sociais e dos níveis de

²¹ Face a esta realidade, as acessibilidades existentes desempenharam um papel muito importante, determinando, em grande medida, a expansão de alguns concelhos em detrimento de outros.

qualificação da população do Norte e do Sul, associadas à especificidade dos canais de comunicação de cada um daqueles territórios com a área metropolitana de Lisboa conduziram a uma *estreita relação entre a origem geográfica, o local de residência e a actividade da região de destino*. Assim os alentejanos e os algarvios estabeleceram-se preferencialmente na Margem Sul do Tejo e os primeiros constituem uma das primeiras fontes de estabelecimento do mercado de trabalho da construção civil e das indústrias transformadoras da região da capital. A população originária do Norte e Centro do País, pelo contrário, fixou-se, na sua maior parte, na cidade de Lisboa e nos subúrbios da Margem Norte e trabalha predominantemente em actividades do sector terciário” (ibidem, 139).

Independentemente das diferenças existentes entre a AML Norte (sem incluir Lisboa) e a AML Sul, ambas partilham uma trajectória de desenvolvimento que vai no mesmo sentido: uma forte concentração do crescimento nas décadas de 60 e 70, seguindo-se, a partir dos anos 80, uma acentuada quebra das taxas de crescimento que, embora se mantendo positivas, na casa dos 10%, evidencia a estabilização de uma tendência, não tanto de perda populacional, mas de uma quebra do crescimento para níveis mais baixos.

Porque o sentido da lógica de desenvolvimento da AML (sem incluir Lisboa) no seu todo não traduz exactamente o das suas partes, os seus concelhos constitutivos, reportando-se, isso sim, a uma média, vale a pena fazer um esforço tendo em vista a identificação das diferentes lógicas de desenvolvimento intra-metropolitano que caracterizam o processo de metropolização da AML.

Na realidade, as dinâmicas de desenvolvimento dos vários concelhos da AML têm que ver sobretudo com a sua própria relação de proximidade (física e em termos de transportes) em relação ao município de Lisboa, havendo algumas excepções, sobretudo no caso da AML Sul, tributárias da expansão endógena de certos sectores criadores de emprego e com potencial de fixação de população residente. Assim, os concelhos que, entre as décadas de 50 e 70, mais crescem são aqueles que se localizam na chamada primeira “coroa metropolitana” ou, mais excepcionalmente, aqueles que se desenvolveram com alguma autonomia em resultado da expansão do sector industrial.

2.2.1. Margem Sul do Tejo

Na AML Sul, os concelhos de Almada, Barreiro, Moita, Setúbal e Seixal são aqueles que denotam taxas de crescimento mais elevadas nesse período (entre as décadas de 50 e 70), ainda que se verifiquem diferenças muito significativas nas respectivas lógicas de desenvolvimento.

O concelho de *Almada*, sendo o mais próximo de Lisboa, é aquele que tem uma evolução mais ilustrativa de uma primeira fase de metropolização, com um crescimento

acentuado até aos anos 70 a que se segue uma quebra muito significativa; verificando-se, no entanto, em 2011, uma aceleração do ritmo de crescimento. Para esta situação contribuiu sobretudo o aumento populacional nas freguesias da Sobreda (39%) e Charneca da Caparica (45%), na medida em que nas freguesias mais antigas (Almada, Cacilhas e Pragal) a tendência foi de diminuição. As freguesias que cresceram beneficiaram da construção de novas acessibilidades ferroviárias. Por outro lado, são zonas de urbanização recente, com uma reduzida densidade populacional.

Independentemente de existirem outros concelhos da Margem Sul do Tejo com taxas de crescimento da população mais elevadas, o aumento populacional, em termos absolutos, foi, em Almada, o maior da Península de Setúbal, +12 500 habitantes em 10 anos (Tabela 1).

O *Seixal*, por seu turno, tem uma lógica de crescimento que se explica em grande medida pela sua continuidade geográfica relativamente a Almada, o principal concelho da Margem Sul de atracção populacional na primeira fase da metropolização, e, por conseguinte, pela sua proximidade em relação ao concelho de Lisboa. Uma proximidade exponenciada naturalmente pela inauguração da ponte sobre o Tejo em 1966; beneficiando desta, assim como da construção das rodovias respectivas e, não menos importante, de uma certa saturação em termos de crescimento do próprio concelho de Almada, o Seixal atinge na década de 70 uma taxa de crescimento impressionante, 134%. Nos anos 80 verifica-se uma acentuada quebra na taxa de crescimento relativamente à década anterior, assistindo-se nas décadas subsequentes a uma confirmação progressiva dessa mesma tendência, ainda que com valores acima dos 10%. Os dados dos censos 2011 revelam uma forte desaceleração do ritmo de crescimento.

O *Barreiro*, por sua vez, é um caso que evidencia fortes particularidades no processo de metropolização. Distintamente de Almada, não se afirmou pela sua proximidade e dependência funcional em relação a Lisboa, mas pela sua automização funcional centrada no desenvolvimento da indústria (sobretudo devido à instalação, no início do século XX, da CUF), pelo que toda a sua dinâmica populacional está muito dependente das próprias dinâmicas de desenvolvimento desse sector económico. Após um forte crescimento populacional verificável até aos anos 70, assiste-se a partir da década de 80 a uma quebra muito acentuada que se tem traduzido em taxas de crescimento negativo e que é sintomática do próprio definhamento da sua actividade matricial, a indústria. Em 2011, os dados revelam uma certa estabilização da população residente.

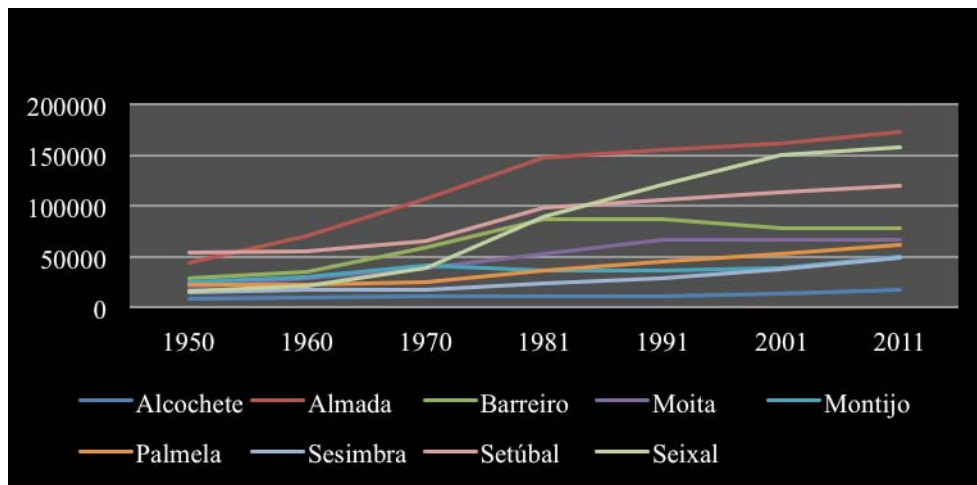
A *Moita*²², concelho contíguo relativamente ao Barreiro, evidencia lógicas de desenvolvimento claramente dependentes do mesmo. Neste caso, a quebra populacional surge

²² Segundo dados do Confidencial Imobiliário, a Moita tinha o valor médio mais baixo na comercialização de habitação nova (1.240€/m²). Pelo contrário, Lisboa tinha 3.140€/m², sendo a freguesia com preços mais elevados a freguesia dos Mártires, coincidente com a zona do Chiado, com uma média de 4.300€/m².

uma década depois, muito embora apenas se registem valores negativos no período 2001-2011. Na origem deste declínio está a quebra populacional das freguesias adjacentes ao Barreiro (Vale da Amoreira, -18%, e Baixa da Banheira, -10%). No entanto, nas restantes freguesias a tendência é de crescimento (no Gaio-Rosário a população chega a crescer 24%).

Palmela e Setúbal são dois concelhos com características que os diferenciam dos restantes concelhos da Margem Sul. No caso de Palmela, como possui um vasto território (o maior da AML), coexistem no mesmo concelho realidades muito diferentes (Pinhal Novo, Palmela e restante concelho constituem realidades muito diferentes). Daí que a taxa de variação da sua população residente não nos forneça muita informação acerca da variação da população. Se, historicamente, o Pinhal Novo (em resultado de ter sido um importante pólo ferroviário) e Palmela (tendo em conta a sua proximidade a Setúbal e ao peso do sector agrícola, nomeadamente a produção vinícola) foram os principais núcleos urbanos, nos últimos anos, algumas freguesias rurais viram crescer bastante a sua população (a Quinta do Anjo, entre 2001 e 2011, cresceu cerca de 41%).

Setúbal, pese embora a sua herança industrial (construção naval e indústria automóvel), caracteriza-se por assumir uma centralidade que vai para além da AML, tendo em conta que é a capital do distrito de Setúbal (concentrando em si vários serviços associados a esse facto), que, para além dos municípios da Margem Sul do Tejo, inclui vários concelhos do Alentejo (Sines, Grândola e Alcácer do Sal). Nesse quadro, a lógica de crescimento de Setúbal tem de ser analisada, para além da sua relação com Lisboa, através do papel que desempenha devido ao facto de ser capital de distrito.

Gráfico 2: Evolução da população (1950-2011), Margem Sul

Fonte: INE, Censos: 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011

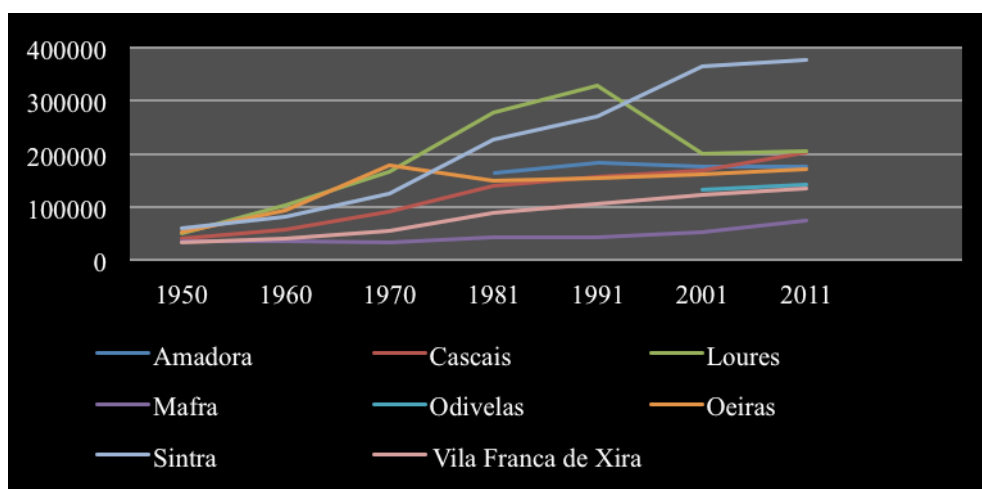
Por fim, verifica-se que, nas últimas décadas, os únicos concelhos da AML Sul que registam crescimentos efectivamente significativos são Sesimbra (cerca de 30%), concelho contíguo ao Seixal, Alcochete (35%) e o Montijo (31%). Estes dois últimos beneficiaram bastante da construção da Ponte Vasco da Gama.

2.2.2. A Norte de Lisboa

A maioria dos concelhos pertencentes da AML Norte evidenciam, ainda que com variações significativas, lógicas de desenvolvimento em que o crescimento se concentra nas décadas de 50, 60 e 70. Destes, aquele cujo crescimento foi mais precoce foi o de Loures: ainda na década de 50, Loures tem uma taxa de crescimento que ultrapassa os 100%, verificando-se a partir de então uma diminuição progressiva que viria a atingir o seu ponto máximo já na década de 90, com uma taxa de variação negativa de quase 40%, o que, em grande medida, se explica pela autonomização de Odivelas enquanto concelho. Não por acaso, Oeiras reflecte uma situação relativamente semelhante a Loures, atingindo o seu pico de crescimento na década de 60, com valores na ordem dos 91%, a que se seguiu, na década seguinte, uma quebra acentuada constante numa taxa de crescimento negativo de 17%: a exemplo de Loures esta situação deveu-se bastante à criação do concelho da Amadora, até então parte integrante de Oeiras. Loures e Oeiras, não obstante as diferenças nomeadamente do ponto de vista da composição social das respectivas populações, eram, antes da autonomização dos concelhos de Odivelas e da Amadora, os dois concelhos que compunham a primeira coroa suburbana da AML Norte e os únicos da AML que detinham, de facto, a exclusividade da continuidade territorial relativamente

a Lisboa. Tal exclusividade repercutia-se em efectiva proximidade como resultado de uma rede de transportes ferroviária e auto-viária (camionagem) bastante satisfatória. Por último, refira-se que, ao contrário de Loures, Oeiras parece conseguir compensar a perda do concelho da Amadora, pois nas últimas décadas regista crescimentos positivos, apesar dos mesmos serem de facto baixos. No entanto, em 2011, Loures inverte a tendência de declínio e apresenta um crescimento positivo, ainda que baixo. O crescimento em Loures deve-se sobretudo ao aumento populacional em Santo António dos Cavaleiros (19%) e em Moscavide (17%)²³.

Gráfico 3: Evolução da população (1950-2011), Margem Norte (sem Lisboa)



Fonte: INE, Censos: 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011

Nota: Relativamente ao concelho de Oeiras, entre 1950 e 1981 está também incluído o concelho da Amadora. No caso do concelho de Loures, entre 1950 e 2001 está também incluído o concelho de Odivelas.

Odivelas e Amadora, os dois concelhos que se autonomizaram dos supra-referidos, registam em 2011 comportamentos díspares: o primeiro denota taxas de crescimento satisfatórias, e o segundo – cujo auge do crescimento se deu nas décadas de 50 e 60 período também marcado por uma intensa actividade industrial ancorada no seu território²⁴ – depois de uma década em que a população reduziu (1991-2001) tendeu a estabilizar a sua população (pese embora as diferenças, existem semelhanças com a situação do Barreiro, tendo em conta, quer a herança industrial, quer a reduzida dimensão da área do município).

Por outro lado, salvaguardas as relevantes diferenças dir-se-ia, no entanto, que Sintra e Vila Franca de Xira, partilham uma lógica de desenvolvimento característica dos concelhos pertencentes à “segunda coroa metropolitana” e que se define por um certo retardamento do

²³ No caso desta freguesia o crescimento deveu-se ao facto de uma parte do seu território fazer parte do Parque das Nações.

²⁴ São múltiplas as “armazéns” e “fábricas” então existentes na Amadora: Sorefame, Laboratórios Vitória, Laboratórios Sigma, Laboratórios Micra, Sociedade Industrial de Borracha, Fábrica Nacional de Tapeçarias, Fábrica de Matérias Plásticas Nobre da Silva, Fábrica Imetra, Sociedade Quimica Lepetit, Fábrica de Tubagens Tubotex, etc.

pico do crescimento demográfico (cerca de uma década) face aos concelhos da primeira coroa. Assim sendo, se é verdade que estes três concelhos têm o seu crescimento máximo nas décadas de 60 e 70, não menos relevante é o facto de Sintra ser aquele cuja taxa de crescimento acumulado, entre meados do século XX e o início do século XXI, atinge os valores mais expressivos (Sintra 527%; Vila Franca de Xira 317%), apesar da existência de grandes variações intra-concelhias traduzíveis num sobre-crescimento das freguesias mais urbanas, como Massamá, Agualva ou Cacém, em detrimento das mais rurais e distantes relativamente a Lisboa. Nos anos 50, a proporção da população destes três concelhos na AML era relativamente semelhante: Sintra 4,5%; e V. Franca de Xira 4,2%. Nos dias de hoje, o peso proporcional da população de Sintra no contexto da AML (13,4%) dista muito do registado para aqueles dois concelhos (Vila Franca Xira – 4,8%), só sendo comparável ao caso da “capital” metropolitana – Lisboa. Cascais constitui uma situação com algumas semelhanças face a estes dois concelhos, na medida em que também se verificou o mesmo retardamento relativamente ao pico de crescimento demográfico. No entanto, ao contrário de Sintra e Vila Franca de Xira, Cascais continuou a crescer bastante ao longo da última década, tendo apresentado um crescimento elevado, na ordem dos 20%, tendo ganho, em termos absolutos, cerca de 35 mil habitantes (para esse crescimento contribuíram sobretudo as freguesias de Alcabideche e São Domingos de Rana, embora todas as freguesias do concelho tenham visto a sua população aumentar).

Por fim, na última década, Mafra foi o concelho que apresentou um crescimento mais elevado na AML Norte (aliás, foi o concelho que apresentou uma taxa de crescimento mais elevada em termos nacionais).

2.3. Medindo a mobilidade residencial através dos censos de 2001

Por último, com base nos dados fornecidos pelos censos em 2001, a Tabela 4 fornece informação acerca do concelho de residência 5 anos antes, isto é, para cada um dos concelhos, é indicada qual a proporção dos residentes que habitava num concelho diferente. Esta tabela permite retirar várias conclusões. A primeira, e a mais importante, é a de que existe uma tendência para a manutenção da população dentro das fronteiras do próprio concelho (a diagonal do quadro permite constatar esse facto). Em todos os concelhos, a maioria da população residia no mesmo concelho cinco anos antes. Em segundo lugar, os fluxos migratórios entre diferentes concelhos dão-se, na maior parte dos casos, entre concelhos limítrofes, isto é, não são percorridas grandes distâncias nessas mudanças residenciais. Em terceiro, os concelhos cuja população menos se alterou no período considerado (1996-2001) foi a dos concelhos com os núcleos urbanos mais consolidados (Lisboa, Loures, Amadora, Odivelas, Almada, Barreiro,

Moita, Montijo²⁵ e Setúbal). Ao invés, os que possuem uma proporção mais elevada de residentes que habitava num concelho diferente (Mafra, Sintra, Alcochete, Seixal e Sesimbra) são aqueles que cresceram sobretudo nas últimas décadas e que se encontram localizados mais afastados da cidade de Lisboa²⁶.

²⁵ No caso do Montijo, os dados fornecidos pelos censos 2011 irão demonstrar que a situação se alterou entre 2001 e 2011, tendo em conta o crescimento populacional então verificado.

²⁶ Para o caso de Sintra, embora não tenhamos dados desagregados ao nível da freguesia presumimos que para estes dados contribuem sobretudo as freguesias mais afastadas de Lisboa.

Tabela 4: Concelho de residência cinco anos antes – comparação com a residência actual (em percentagem), 2001

	Cascais	Lx	Loures	Mafra	Oeiras	Sintra	VFX	Amd.	Odivelas	Alco.	Almada	Brr	Moita	Montijo	Palm.	Seixal	Sesimb.	STB	Fora AML
Cascais	80,7	2,4	0,4	0,03	2,3	1,4	0,1	0,5	0,1	0,002	0,2	0,1	0,03	0,01	0,01	0,1	0,01	0,1	11,6
Lisboa	0,4	86,5	1	0,04	0,5	0,8	0,1	0,7	0,1	0,004	0,4	0,1	0,02	0,01	0,01	0,2	0,02	0,1	9,1
Loures	0,1	3,7	82,5	0,1	0,2	0,5	0,5	0,4	0,6	0,003	0,2	0,1	0,03	0,01	0,02	0,1	0,02	0,04	10,8
Mafra	0,4	2,2	3,3	77,4	0,5	3	0,2	0,8	0,4	0,001	0,1	0,04	0,005	0,003	0,005	0,04	0,01	0,01	11,5
Oeiras	1,6	3,6	0,5	0,02	80,3	2	0,1	1,1	0,1	0,003	0,3	0,1	0,03	0,01	0,03	0,1	0,01	0,1	10
Sintra	1,5	3,9	1,3	0,1	1,7	73,6	0,1	3,2	0,3	0,01	0,2	0,1	0,1	0,01	0,01	0,1	0,01	0,1	13,7
VFX	0,1	3,1	4,2	0,03	0,1	0,4	79,6	0,3	0,1	0,005	0,1	0,1	0,04	0,02	0,01	0,1	0,01	0,1	11,5
Amadora	0,2	3,3	0,8	0,03	0,6	1,8	0,1	81,8	0,2	0,01	0,2	0,1	0,03	0,01	0,01	0,1	0,01	0,1	10,8
Odivelas	0,1	3,2	1,9	0,1	0,2	0,8	0,1	0,7	81,8	0,004	0,2	0,1	0,03	0,009	0,006	0,1	0,02	0,04	10,7
Alcochete	0,2	2,6	1,2	0,02	0,3	0,6	0,2	0,8	0,1	74,2	0,4	0,4	0,7	6,6	0,6	0,5	0,1	0,2	10,5
Almada	0,1	2,5	0,6	0,01	0,3	0,5	0,1	0,5	0,1	0,003	82,2	0,2	0,1	0,02	0,03	2,7	0,1	0,1	9,7
Barreiro	0,1	1	0,3	0,01	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,003	0,2	86,5	2,7	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	7,7
Moita	0,1	0,9	0,3	0,007	0,2	0,2	0,1	0,2	0,04	0,04	0,2	3,5	82,7	0,4	0,3	0,3	0,1	0,1	10,3
Montijo	0,1	1,1	0,4	0,02	0,2	0,4	0,1	0,2	0,1	0,9	0,2	0,4	0,7	84,5	0,6	0,2	0,04	0,3	9,5
Palmela	0,1	1,3	0,4	0,01	0,2	0,4	0,1	0,2	0,04	0,1	0,6	1,3	1,2	0,9	78,5	0,8	0,2	3,8	10
Seixal	0,2	2,6	0,7	0,02	0,3	0,6	0,1	0,5	0,1	0,002	4,7	0,4	0,2	0,03	0,1	77,4	0,2	0,2	11,8
Sesimbra	0,3	2,8	0,9	0,01	0,5	1,5	0,1	0,7	0,2	0,01	1,8	1,6	0,9	0,1	0,4	6,6	70,2	0,8	10,5
Setúbal	0,1	0,7	0,2	0,008	0,1	0,3	0,1	0,2	0,04	0,01	0,5	0,5	0,3	0,1	1,3	0,7	0,2	84,3	10,3

2.4. Lógicas estruturantes da evolução populacional na AML

Nos pontos anteriores, com base nos dados recolhidos, descrevemos as principais tendências evolutivas da população da AML, analisando cada uma das áreas que a constituem. Estamos agora em melhores condições para definir as lógicas que estruturam a evolução da população na AML. Como é óbvio, a realidade existente no território não é linear nem unívoca, é complexa, contraditória e descontínua. No entanto, é possível definir tendências dominantes, que são transversais à AML. Relativamente a cada uma das lógicas iremos apresentar alguns exemplos.

Em primeiro lugar, verifica-se uma *forte expansão das zonas limítrofes da AML* (terceira coroa metropolitana), sendo nestas zonas que as taxas de crescimento são mais elevadas. Esta tendência é observável ao nível concelhio (Mafra, Sesimbra, Palmela, Montijo e Alcochete), mas também, nos concelhos que já eram muito populosos, é necessário observar os dados ao nível da freguesia (Fernão Ferro 58%; Casal de Cambra 27%; São Pedro de Penaferrim 33%; Quinta do Anjo 41%; São Simão 57%; São Lourenço 37%; Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra 43%).

Do ponto de vista da sua localização geográfica, o Montijo e Alcochete diferenciam-se dos concelhos descritos em cima, tendo em conta que se localizam junto à margem sul do rio Tejo. Para o crescimento verificado contribuiu bastante a construção da Ponte Vasco da Gama. Antes da ponte estes dois concelhos tinham características (tratavam-se de zonas rurais) que os aproximavam dos concelhos pertencentes à terceira coroa metropolitana, tendo em conta, quer a sua distância face a Lisboa, quer o facto de não terem tido um processo de industrialização semelhante ao de outros concelhos da Margem Sul (sobretudo no caso de Alcochete).

Por outro lado, a expansão verificada nestas zonas limítrofes da AML contém contornos específicos. Ao contrário de outras zonas que cresceram de uma forma muito concentrada, em resultado da sua proximidade ao transporte ferroviário (por exemplo, o caso da “linha de Sintra”), da existência de um grande aglomerado industrial (como foi o caso do Barreiro) ou junto às frentes ribeirinhas, estas zonas têm uma densidade populacional mais reduzida e um crescimento mais disperso (pelo menos, por ora) – dois aspectos resultantes do grande aumento da mobilidade possibilitada pelo automóvel individual.

Neste quadro, o modelo habitacional desempenha um papel muito importante, na medida em que uma parte significativa das novas residências são moradias. No entanto, independentemente do modelo habitacional, o perfil social dos residentes é bastante diverso, independentemente do modelo habitacional.

Em suma, para a forte expansão das zonas limítrofes da AML contribuiu o natural processo de alargamento da metrópole em direcção a zonas cada vez mais periféricas da AML,

por um lado, e a construção das novas vias de transporte que fizeram reduzir drasticamente as distâncias face a Lisboa.

Em segundo lugar, *existe um crescimento populacional nas zonas menos densificadas de alguns concelhos pertencentes à primeira coroa*, nomeadamente naqueles que cresceram bastante na primeira fase de metropolização da AML. Esta tendência desenvolve-se na zona “interior” destes concelhos, nomeadamente aquelas zonas que não fazem fronteira com o concelho de Lisboa, mas que são servidas por boas vias de comunicação [Almada (Sobreda 39%, Charneca da Caparica 45%), Cascais (São Domingos de Rana 29% e Alcabideche 32%) e Oeiras (Queijas 17%, Barcarena 17%, Carnaxide 21% e Porto Salvo 10%)].

Em terceiro lugar, verifica-se a *inversão da tendência esperada, que apontava para o declínio irreversível da população residente nas zonas urbanas consolidadas da cidade de Lisboa*, áreas que tinham tido quebras muito significativas nas últimas décadas. Algumas destas zonas demonstram mesmo uma capacidade para aumentar a sua população residente (Santa Justa 34% e São Nicolau 27%).

Em quarto lugar, *existe um declínio das freguesias localizadas na primeira coroa*, zonas que cresceram muito durante os anos 50 e 60, em resultado da sua proximidade a Lisboa. No caso das freguesias que fazem parte do concelho da Amadora a queda é mais abrupta (Venda Nova -26%; Alfovelos -27%), enquanto que no caso de Odivelas (Olival Basto -6,5% e Pontinha -5%) e Sintra (Queluz -7%; Monte Abraão -6%) a queda é mais moderada. Estas zonas vivenciam hoje processos de acelerado envelhecimento da sua população residente. Na origem desta quebra terão estado factores diversos, que variam de sítio para sítio. No entanto, tendo em conta que esta tendência se enquadra num processo mais estrutural de crescimento da metrópole, podem apontar-se duas razões centrais:

- a) por um lado, algumas destas zonas caracterizam-se por terem uma crescente homogeneidade geracional, isto é, a grande maioria da população foi viver para estas zonas na mesma altura, tendo em conta que se tratou da construção de grandes conjuntos residenciais. A este respeito, a freguesia da Portela (no concelho de Loures) é um caso paradigmático, na medida em que viu reduzir a sua população residente entre 2001 e 2011 em 23%. Podemos também encontrar exemplos semelhantes em freguesias do próprio concelho de Lisboa, como o caso de Benfica.
- b) por outro, a degradação do parque habitacional em alguns dos territórios da primeira coroa metropolitana contribuiu para que perdessem atractividade. As zonas “novas”, com maior qualificação do parque habitacional, com localizações diversas, passaram a atrair um maior número de novos residentes.

Em quinto lugar, é também visível a *desaceleração do ritmo de crescimento das zonas que cresceram intensamente no início da década de 90*, estando localizadas entre a segunda e a

terceira coroa. Se no caso de algumas freguesias a tendência foi de estabilização (Forte da casa 0,6%; Corroios 2,5%; Arrentela 0,1%), noutros casos, verificou-se mesmo um declínio ligeiro (Amora -4%).

Em sexto lugar, *continua o declínio das antigas zonas industriais*, nomeadamente nas zonas que ainda não vivenciaram um processo de reconversão. Tal é visível no Barreiro (e nas freguesias da Moita que fazem fronteira com o Barreiro) e, ao nível das freguesias, em concelhos como Vila Franca de Xira (Alhandra -16%), Loures (Santa João da Talha -2%) e Amadora (Reboleira -7,3%).

No que respeita ao processo de reconversão destas zonas, a proximidade face a Lisboa tem desempenhado um papel fulcral. Na verdade, se nas zonas mais atractivas (leia-se, mais próximas de Lisboa) essa reconversão tem sido feita (o Parque das Nações constitui um exemplo desse processo), noutras zonas esse processo tem sido muito mais lento, encontrando-se vastos territórios em decadência (como o caso do Barreiro). Neste quadro, existe uma clara oposição entre a Margem Sul e a Margem Norte. As zonas menos atractivas (leia-se, mais distantes de Lisboa) enfrentaram maiores dificuldades em reconverter-se, enfrentando na actualidade dificuldades acrescidas face ao contexto económico²⁷.

²⁷ Veja-se a título de exemplo a suspensão do projecto do Arco Ribeirinho Sul na Margem Sul do Tejo, que tinha como objectivo a reconversão industrial em três concelhos diferentes: Almada, Seixal e Barreiro, assim como a suspensão da construção da Terceira Travessia do Tejo.

NOTAS CONCLUSIVAS

Este *paper* apresentou as principais correntes teóricas que estudam as trajectórias residenciais e caracterizou o processo de metropolização da AML.

As principais correntes teóricas – a do ciclo de vida e da racionalidade económica e a biográfica e relacional – distinguem-se pelo quadro analítico e pela metodologia que adoptam. A do ciclo de vida e da racionalidade económica assenta no pressuposto de que são os acontecimentos ligados às etapas do ciclo de vida e as variáveis de âmbito económico que determinam os comportamentos residenciais dos indivíduos. Por outro lado, as metodologias adoptadas são exclusivamente quantitativas. Relativamente à abordagem biográfica e relacional, é o contexto relacional e a defesa de que as histórias migratórias são dependentes do percurso biográfico de cada indivíduo que desempenha o papel central, sendo esta abordagem uma consequência metodológica da “orientação teórica” do curso de vida, uma orientação que guia a investigação sobre as vidas dos indivíduos a partir do seu enquadramento no contexto. Quanto às metodologias, para além das metodologias quantitativas serem baseadas em dados primários (i.e. recolhidos pelos próprios autores), também recorrem a metodologias qualitativas.

A caracterização do processo de metropolização da AML também nos permite retirar um conjunto de conclusões. Em primeiro lugar, existem diferenças claras entre a lógica de crescimento da Margem Sul e da Margem Norte (sem Lisboa), na medida em que o crescimento da população da AML Norte é muitíssimo mais acentuado do que o da AML Sul. Verificámos que a explicação tem que ver com a continuidade territorial da AML Norte relativamente a Lisboa, a qual é, no outro caso, “interrompida” pelo Tejo. Em segundo lugar, embora se verifiquem essas diferenças, ambas partilham uma trajectória de desenvolvimento que vai no mesmo sentido: uma forte concentração do crescimento nas décadas de 60 e 70, seguindo-se, a partir dos anos 80, uma quebra das taxas de crescimento para níveis mais baixos. Em terceiro lugar, com base na análise dos dados ao nível dos concelhos e das freguesias foram identificadas seis lógicas estruturantes da evolução populacional na AML, nomeadamente: a existência de uma forte expansão das zonas limítrofes da AML; um crescimento populacional nas zonas menos densificadas de alguns concelhos pertencentes à primeira coroa; inversão da tendência esperada, que apontava para o declínio irreversível da população residente nas zonas urbanas consolidadas da cidade de Lisboa; o declínio das freguesias localizadas na primeira coroa; a desaceleração do ritmo de crescimento das zonas que cresceram intensamente no início da década de 90; e o declínio das antigas zonas industriais.

Terminamos com duas observações que nos parecem importantes. Em primeiro lugar, o contributo que a revisão da literatura apresentada, a par dos contactos com os consultores externos do projecto pertencentes ao Institut National d’Études Démographiques (Catherine Bonvalet e Christophe Imbert), tiveram na redefinição da nossa abordagem. Efectivamente, no

projecto inicial não havia uma problematização conceptual da dimensão diacrónica das trajectórias. Na realidade, esta surge *a posteriori*, nomeadamente com a “descoberta” da abordagem do curso de vida conduzindo a que o projecto em causa se distinga como uma das pesquisas pioneiras em Portugal na utilização de uma metodologia extensiva longitudinal, a qual, internacionalmente, tem vindo a ganhar uma expressão muitíssimo significativa. Em segundo lugar, vale a pena sublinhar que a análise do processo de metropolização ao incorporar em “tempo real” os dados dos Censos de 2011 (assim que eles foram divulgados pela primeira vez ainda em 2011) sensibilizou a equipa do projecto e do próprio centro de investigação que o acolhe para as vantagens (cognitivas e competitivas) de uma análise imediata da informação censitária à medida que esta vai sendo publicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramsson, M.; Borgegard, L. e Fransson, U. (2002), “Housing Careers: immigrants in Local Swedish Housing Markets”, *Housing Studies*, 17(3), pp.445-464;
- Abramsson, M. (2008), “Housing careers in a changing welfare State – A Swedish cohort study”, *Housing, Theory and Society*, 25(4), pp.231-253;
- Baccaini, B. (2007), “Les flux migratoires interrégionaux en France depuis cinquante ans”, *Population*, 1, pp.143-160 ;
- Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social. O Estado Novo e o Programa das Casas Económicas*, Oeiras, Celta;
- Bonvalet, C., Gotman, A. Grafmeyer, Y. (eds) (2007) *Family, kinship and place in France*, London, Southern Universities Press ;
- Bonvalet, C. e Brun, J. (2003), “Quelques Elements de Bilan des Recherches sur la Mobilité Residentielle en France”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 7, pp.59-70 ;
- Bonvalet, C. et Lelièvre, E. (1989), “Mobilité en France et à Paris depuis 1945: bilan résidentiel d'une generation”, *Population*, 3, pp. 531-559;
- Lelièvre, E. and Bonvalet, C. (1994), “A compared cohort history of residential mobility, social change and home-ownership in Paris and the rest of France”, *Urban Studies*, 31(10), 1647-1666
- Beaufils, S. e Bonvalet, C. (2006), “Les trajectoires géographiques des Franciliens de 50 à 70 ans”, Note Rapide, Population-modes de vie, n°376-I
- Bonvalet, C. e Lelièvre, É. (1995), “Du concept de ménage à celui de l'entourage: une redéfinition de l'espace familial”, *Sociologie et Société*, XXVII(2), pp.177-190
- Bonvalet, C., Carpenter, J. e White, B. (1995), “The residential mobility of ethnic minorities: a longitudinal analysis”, *Urban Studies*, 32(1), pp.87-103;
- Bonvalet, C. and Arbonville, D. (1996), “Residential itineraries in the Paris Region”, *Journal of Housing and Built Environment*, 11(3), pp.233-252;

Bonvalet, C. e Jim, Ogg (2008), “The housing situation and residential strategies of older people in France”, *Aging and Society*, 28(6), pp.753-777;

Brown, L. e Moore, E. (1970), “The Intra-Urban Migration Process: A Perspective”, *Geografiska Annaler*, 52B, pp.368-381;

Brun, J. (1993), “La mobilité Résidentielle et les sciences sociales. Transfert de concept et questions de méthodes”, *Les Annales de la Recherche Urbaine*, 59-60, pp.2-15;

Clark, W. (1992), “Comparing cross-sectional and longitudinal analyses of residential mobility and migration”, *Environment and Planning A*, 24(9), pp.1291-1302;

Clark, W. e Dieleman, F. (1996), *Households and Housing; choice and outcomes in the housing market*, New Jersey, CUPR Press;

Clark, W. e Onaka, J. (1983), “Life cycle and Housing Adjustment as Explanations of Residential Mobility”, *Urban Studies*, 20(1), pp.47-57;

Clark, W. e Drever, A. (2000), “Residential mobility in a constrained housing market: implications for ethnic populations in Germany”, *Environment and Planning A*, 32(5), pp.833-846;

Clark, W. e Huang, Y. (2003), “The life course and residential mobility in British housing markets”, *Environment and Planning A*, 35(2), pp.323-339;

Clark, W., Deurloo, M. and Dieleman, F. (2003), “Housing careers in the United States, 1968-93: Modelling the sequencing of housing states”, *Urban Studies*, vol.40, nº1, pp.143-160;

Clark, W. e Ledwith, V. (2006), “Mobility, housing system, and neighbourhood contexts: evidence from Los Angeles”, *Environment and Planning A*, 38(6), pp.1077-1093;

Dieleman, F. (1996), “Modelling Housing Choice”, *Journal of Housing and the Built Environment*, 11(3), pp.201-207;

Dieleman, F. (2001), “Modelling residential mobility; a review of recent trends in research”, *Journal of Housing and the Built Environment*, 16(3-4), pp.249-265 ;

Donzeau, N. et Shon, J. (2009), “L`évolution de la mobilité résidentielle en France entre 1973 et 2006: nouvelles estimations”, *Population*, 4, pp. 779-796;

- Elder, H. Glen Jr, Monica Kirkpatrick Johnson and Robert Crosnoe (2004), “The emergence and development of life course theory”, in Jeylan T. Mortimer and Michael J. Shanahan, *Handbook of the Life Course*, New York, Springer, pp.3-19;
- Feijten, Peteke (2005), *Life events and the housing career: a retrospective analysis of timed effects*, Delft, Eburon Publishers;
- Fonseca, Maria Lucinda (1990), *População e Território: do país à Área Metropolitana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos;
- Guerra, Isabel (1998), “Grupos Sociais, formas de habitat e estrutura dos modos de vida”, *Sociedade e Território*, 25/26, pp.118-128;
- Hansen, E. e Gottschalk, G. (2006), “What makes older people consider moving house and what makes them move?”, *Housing, Theory and Society*, 23(1), pp.34-54;
- Harts, J. and Hingstman, L. (1986), “Move Histories and Socio-economic Position”, *Journal of Housing and Built Environment*, vol.1, n°4, pp.343-352;
- Huang, Y. e Deng, F. (2006), “Residential Mobility in Chinese Cities: A Longitudinal Analysis”, *Housing Studies*, 21(5), pp.625-652;
- Kending, H. (1984), “Housing Careers, life cycle and residential mobility: implications for the housing market”, *Urban Studies*, 21, pp.271-283;
- Kending H. (1990), “A life course perspective on housing attainment”, in Myers, D. (Ed), *Housing Demography: Linking Demographic Structure and Housing Markets*, Madison, The University of Wisconsin Press, pp.133-156;
- Kulu, H. (2008), “Fertility and spatial mobility in the life course: evidence from Austria”, *Environment and Planning A*, 40(3), pp.632-652;
- Li, S. (2004), “Life course and residential mobility in Beijing, China”, *Environment and Planning A*, 36(1), pp.27-43;
- Lee, L. e Struyk, R. (1996), “Residential Mobility in Moscow During the Transition”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 20(4), pp.656-670;

- Lelièvre, É. *et al.* (1998), “Event history analysis of groups. The findings of an on-going research project”, *Population: An English Selection, special issue New Methodological Approaches in the Social Sciences*, pp.11-37 ;
- Lelièvre, E. (1999) “Collecter des données de mobilité: des histoires migratoires aux biographies d'entourage”, *Espace, populations, société*, n° 2, pp. 195-205 ;
- Lelièvre, E., Vivier, G. et Bonvalet, C. (2002), “L'approche de la mobilité à partir des données de l'enquête «Biographies et entourage»” in Lévy, J. et Dureau, F. *L'accès à la ville : les mobilités spatiales en questions*, Paris: L'Harmattan, 2002, pp. 383-398 ;
- Levy, J. (2003), “Peuplement et trajectoires dans l'espace résidentiel: le cas de la Seine-Saint Denis”, *Population*, 3, pp.365-400;
- Michelson, W. (1977), *Environmental Choice, Human Behaviour, and Residential Satisfaction*, New York, Oxford University Press;
- Michielin, F., Mulder, C. e Zorlu, A. (2008), “Distance to parents and Geographical mobility”, *Population, Space and Place*, 14, pp.327-345;
- Mulder, C. (2007), “The Family Context and Residential Choice: a Challenge for New Research”, *Population, Space and Place*, 13, pp.265-278;
- Mulder, C. e Cooke, T. (2009), “Guest Editorial. Family ties and residential locations”, *Population Space and Place*, 15(4), pp. 299-304;
- Mulder, C. e van der Meer, M. (2009), “Geographical Distances and Support from Family Members”, *Population, Space and Place*, 15, pp.381-399;
- Murdie, R.A. (2000), “The Housing Careers of Polish and Somali Newcomers in Toronto's Rental Market”, Paper presented at the ENHR Conference, Gavle, Sweden, 26-30 June;
- Nordvik, V. (2001), “Moving Costs and the Dynamics of Housing Demand”, *Urban Studies*, 38(3), pp.519-533;
- Nunes, João Pedro Silva (2011), *Florestas de cimento armado. Os grandes conjuntos residenciais e a constituição da Metrópole de Lisboa (1955-2005)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia;

Perkins, H., Thorns, D. e Winstanley, A. (2008), “House and Home: methodology and methods for exploring meaning and structure”, in Maginnm, P., Thompson, S. e Tonts, M., *Studies in Qualitative Methodology*, Emerald Group Publishing, pp.35-60;

Pereira, Sandra Marques (2010), *Casa e Mudança Social: uma leitura das transformações da sociedade a partir da casa*, Tese de Doutoramento, Lisboa, ISCTE-IUL: Instituto Universitário de Lisboa, Texto Policopiado;

Pickles, A. e Davies, R. (1991), “The empirical analysis of housing careers: a review and a general statistical modelling framework”, *Environment and Planning A*, 23(4), pp.465-484;

Pires *et al.* (1987), *Os retornados: um estudo sociográfico*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento;

Ramos, Elsa, (2006), *L'invention des orogines Sociologie de l'ancrage identitaire*, Paris, Armand Colin ;

Rodrigues, Walter (2010), *Cidade em Transição. Nobilitação Urbana. Estilos de Vida e Reurbanização em Lisboa*, Oeiras, Celta;

Rosales, Maria Vilar (2006), *As Coisas da Casa. Objectos domésticos, memórias e narrativas identitárias de famílias com trajectos transcontinentais*, Tese de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

Rossi, P. (1955), *Why Families Move*, Glencoe, IL, Free Press;

Ruspini,E. (2003), *Introduction to Longitudinal Research*, London and New York, Routledge;

Winstanley, A., Thorns, D. e Perkins, H. (2002), “Moving House, Creating Home: Exploring Residential Mobility”, *Housing Studies*, 17(6), pp.813-832;

Wu, W. (2006), “Migrant Intra-urban Residential Mobility in Urban China”, *Housing Studies*, 21(5), pp.745-765;

Yip, N.; Forrest, R. e Grange, A. (2007), “Cohort Trajectories in Hong Kong’s Housing System: 1981-2001”, *Housing Studies*, vol.22, nº1, pp.121-136.